**OS CRIMES FALIMENTARES NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL**

**Iara Macêdo Cardoso Taquari[[1]](#footnote-1)**

**Daniel Guimarães Silva Roman[[2]](#footnote-2)**

**RESUMO:** Os crimes falimentares ao longo dos anos têm sido uma matéria deixada de lado pela doutrina. O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais aspectos históricos dos crimes falimentares a fim de investigar os possíveis impactos da alocação dos tipos penais falimentares da Lei de Falência e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05) para o novo Código Penal (Projeto de Lei nº 236/12). Busca-se uma abordagem multidisciplinar entre o Direito Empresarial e o Direito Penal contemporâneos, apontando os aspectos históricos mais relevantes da falência e dos crimes falimentares no panorama jurídico mundial e brasileiro, destacando os pontos positivos e negativos da inserção dos crimes falimentares no projeto do novo Código Penal.

**Palavras-chaves:** Falência. Crimes falimentares. Projeto de Lei nº 236/2012. Novo Código Penal.

**ABSTRACT:** Bankruptcy crimes over the years have been a matter left aside by doctrine. This work aims to analyze the main historical aspects of bankruptcy crimes in order to investigate the possible impacts of the allocation of the criminal types of bankruptcy of the current Corporate Bankruptcy and Recovery Law (Law nº 11.101/05) to the New Penal Code (Bill nº 236/12). It seeks a multidisciplinary approach between contemporary Corporate Law and Criminal Law, pointing out the most relevant historical aspects of bankruptcy and bankruptcy crimes in the world and Brazilian legal landscape, highlighting the positive and negative aspects of the insertion of bankruptcy crimes in the New Penal Code.

**Key-words:** Bankruptcy. Bankruptcy crimes. Bill nº 236/2012. New Penal Code.

**SUMÁRIO: INTRODUÇÃO. 1** **DA FALÊNCIA E DOS CRIMES FALIMENTARES: BREVE SÍNTESE HISTÓRICA. 2 OS CRIMES FALIMENTARES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. 2.1 Da locação legislativa dos crimes falimentares. 2.2 Lei atual. 3 O PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL. 3.1 Aspectos gerais. 3.2 A tutela dos crimes falimentares no novo Código Penal. 4 CONCLUSÕES**

**INTRODUÇÃO**

Durante muitos anos a doutrina empresarialistas e penalistas relegou a segundo plano o estudo aprofundado dos tipos penais falimentares, seja por se tratar de uma matéria pouco afeta à prática, seja pelo distanciamento existente entre ambas as áreas jurídicas com o instituto em questão.

O presente trabalho tem como um dos objetivos a busca pela produção de um maior debate acerca deste instituto sob o enfoque do Direito Empresarial, tendo por escopo a investigação de possíveis mudanças com o advento da inserção dos crimes falimentares no Projeto de Lei nº 236 de 2012, conhecido como novo Código Penal.

Para se alcançar esse objetivo, serão apresentados dados históricos dos institutos da falência e dos crimes falimentares ao longo dos anos, abordando os aspectos mais relevantes de ambos os institutos no panorama jurídico mundial e brasileiro.

O presente estudo será dividido em três capítulos: o primeiro abordará um breve histórico acerca dos crimes falimentares, em que serão apresentados os seus aspectos gerais, a sua natureza jurídica e os bens tutelados pelos tipos penais falimentares.

No segundo capítulo será estudado de que forma foram inseridos os crimes falimentares no ordenamento jurídico brasileiro, os aspectos históricos dos crimes falimentares com ênfase na locação legislativa dos crimes falimentares dentro do ordenamento jurídico ao longo da edição das leis brasileiras, e, por fim, tratará dos crimes falimentares na legislação em vigor no país.

O terceiro e último capítulo analisará o Projeto de Lei nº 236 de 2012, conhecido como o novo Código Penal, e a tutela dos crimes falimentares com foco nos seus pilares básicos, traçando-se observações afetas à previsão dos crimes falimentares no Código Penal, bem como analisar as possíveis mudanças trazidas pelo deslocamento desses tipos penais da Lei de Falências e Recuperação de Empresas para o Código Penal.

1. **DA FALÊNCIA E DOS CRIMES FALIMENTARES: BREVE SÍNTESE HISTÓRICA**

O estudo dos crimes falimentares muito embora relegado a segundo plano pela doutrina por muitos anos, guarda fundamental importância, em especial no que se refere à sua alocação no ordenamento jurídico brasileiro e os seus impactos.

É notável uma forte tendência de muitos doutrinadores empresarialistas remeterem a cargo dos penalistas a responsabilidade pela classificação jurídica dos crimes falimentares, em contrapartida um dos objetivos a serem buscados pelo presente trabalho refere-se à necessidade de produção de um maior debate acerca deste instituto sob o enfoque do Direito Empresarial[[3]](#footnote-3).

Nesse esteio, Rubens Requião adverte sobre a ausência de conteúdo jurídico produzido por empresarialistas, por um lado, pela própria natureza do instituto ser matéria de caráter exclusivamente penal, e por outro lado o intencional afastamento dos penalistas no estudo dos crimes falimentares.

Os juristas que se dedicam ao estudo dos crimes falimentares sempre se lamentam da escassez de monografias a respeito de tão sério tema. Não fugiremos à regra. Deve-se essa falta de maior interesse no estudo da matéria à filiação duvidosa dos crimes falimentares ou ao direito penal ou ao direito comercial. Com efeito, a tendência normal e natural dos comercialistas e penalistas é afastar do âmbito de seus estudos os crimes falimentares: os primeiros consideram a matéria nitidamente de natureza penal, e os criminalistas alegam sua vinculação íntima com o direito falimentar, matéria de domínio do direito comercial... Essa situação não ocorre apenas entre os juristas brasileiros. Encontramos a observação nos meios jurídicos de outros países. O jurista italiano G. Rodice observou que a dificuldade de tratar dos delitos em matéria de falência nasce, precisamente, de que eles implicam questões comerciais, do que provém que os comercialistas omitem este estudo para não invadir o campo penal, e os penalistas o evitam para não invadir o campo comercial e porque se encontram pouco afeitos às noções mercantis[[4]](#footnote-4).

Para além do que atualmente se concebe como os principais bens jurídicos tutelados pela legislação vigente, que dizem respeito a um complexo conjunto que compreende desde o patrimônio do devedor em crise financeira até a fé pública e seus institutos correlatos, a história do direito concursal sofreu significativas modificações ao longo do tempo[[5]](#footnote-5).

Não obstante seja de salutar importância as transfigurações históricas e interpretativas pela qual o direito concursal e o instituto da falência perpassaram ao decorrer do tempo nas mais diversas legislações e doutrinas pelo mundo, o presente trabalho traz em seu bojo pontuais fatos históricos apenas a título de exemplificação da relevância dos crimes falimentares no panorama jurídico.

As primeiras previsões de punição ao devedor insolvente, em razão da sua impossibilidade de adimplir com as dívidas, remontam à antiguidade clássica, mais especificamente à Lei das XII Tábuas*,* momento em que a execução da pena aplicada se dava principalmente na pessoa do devedor, e que legitimava os credores a aplicar penas que violassem a liberdade do devedor (aprisioná-lo), ferissem a sua integridade física (escravizá-lo) ou matá-lo e esquartejá-lo como forma de extinguir a dívida, como bem salienta Waldo Fazzio Jr[[6]](#footnote-6), Rubens Requião *apud* André Fernandes Estevez[[7]](#footnote-7) e J. Hamilton Magalhães[[8]](#footnote-8).

Sob a égide do Direito Romano se desenvolveram institutos que são aplicados no atual direito concursal brasileiro, a título de exemplo podem ser citadas “as primeiras regras orientadoras da administração da massa, a assembleia de credores, a classificação dos créditos, a revogação dos atos fraudulentos do devedor e, sobretudo, a regra essencial da *par conditio omnium creditorum*”[[9]](#footnote-9).

A execução da dívida nessa época era regulamentada pela Lei das XII Tábuas (*Lex Doudecim Tabularum)* e recaia predominantemente sobre a pessoa do devedor, prática que tinha como foco a preservação da propriedade em detrimento da integridade física do devedor[[10]](#footnote-10).

A aludida Lei previa que se o credor não conseguisse ter o seu direito real satisfeito pelos mais diversos meios existentes (p. ex. a venda do credor como escravo ou não aparecesse alguém que pagasse a dívida) estaria legitimado a matar o devedor e, caso houvesse pluralidade de credores, o devedor poderia ser esquartejado e entregue proporcionalmente para cada credor como sua “cota-parte” referente a dívida.[[11]](#footnote-11)

O caráter penal da lei das XII Tábuas, além dos supracitados, introduziu o princípio da isonomia como um marco, pois era aplicada a qualquer pessoa, e posteriormente incorporou o importante conceito sobre a premeditação do crime.[[12]](#footnote-12)

Outra alteração significativa desta época acerca da previsão de penas para devedores encontra-se na edição da lei *Poetelia Papiria*, que extinguiu a possibilidade de o devedor dar como garantia de pagamento o seu corpo (e/ou o corpo de algum membro da família) até que a dívida fosse extinta, resultando, assim, no deslocamento do caráter privado da execução penal, que ao longo do tempo se despiu do caráter pessoal, para adotar um caráter cuja execução tivesse como foco atingir o patrimônio do devedor[[13]](#footnote-13).

A edição da *Lex Julia,* posteriormente, trouxe relevante alteração quanto a figura do devedor, que introduziu no plano das inovações legislativas a distinção entre “os devedores de boa-fé dos devedores de má-fé”[[14]](#footnote-14), bem como instituiu a figura do *cessio bonorum*, um meio pelo qual o devedor transferia seus bens ao credor, que “(...) podia vendê-los separadamente por intermédio do *curator*, com a finalidade de pagar os demais credores em rateio”[[15]](#footnote-15).

A *Lex Julia* e o sistema do *cessio bonorum* significam o marco inaugural do direito falimentar moderno, haja vista que advém destes o surgimento de uma execução concursal mais complexa com o nascimento da Assembleia Geral de Credores, a previsão de perda de direitos civis do devedor, a venda de bens do devedor sob tutela dos credores como forma de garantir a proteção dos interesses destes, o surgimento do sistema de concordatas (que no Brasil foi extinto pela Lei nº 11.101/05) e, entre outros, a falência como a representação de uma condição ruim do devedor porque atentava contra a boa-fé.[[16]](#footnote-16)

Das disposições gerais do Direito Romano, pode-se citar como avanço para o direito intertemporal que a aplicação de penas aos devedores além de representarem uma forma de tentar inibir a inadimplência (culposa ou fraudulenta) de dívidas representava também uma forma de tentar preservar o interesse dos credores, como supramencionado, muito embora nesta época ainda não existisse um típico e autônomo direito comercial, a saber, por exemplo, pela ausência de distinção entre a figura do comerciante e não comerciante.

Quanto aos crimes falimentares, propriamente considerados, ganharam as primeiras delimitações durante a Idade Média, período marcado por mudanças como o deslocamento da iniciativa privada para a iniciativa estatal da execução concursal, a criação de critérios mais objetivos para o concurso de credores e uma lenta, mas gradual, transfiguração do caráter executório da pena para atingir exclusivamente o patrimônio do devedor[[17]](#footnote-17).

A princípio, o instituto da falência previa que o próprio ato de falir constituía por si só um crime. O entendimento na época e durante muitos anos estava imbricado no sentido de que a insolvência que levava o devedor à falência, ou seja, à inviabilidade de retomar os seus negócios e que acabava lesando os interesses dos seus credores, advinha de conduta irresponsável do devedor ora decorrente de conduta fraudulenta (dolo), ora por culpa, sendo passível de punição por ser considerada como uma violação direta ao princípio da boa-fé e da confiança[[18]](#footnote-18).

A despeito disto, a falência ou o ato de falir, apenas título de maior explanação acerca o tema em comento, pode ser assim conceituado, nas palavras de Ricardo Negrão:

Falência é um processo de execução coletiva, no qual todo o patrimônio de um empresário declarado falido – pessoa física ou jurídica é arrecadado, visando pagamento da universalidade de seus credores, de forma completa ou proporcional. É um processo judicial complexo que compreende a arrecadação dos bens, sua administração e conservação, bem como a verificação e o acertamento dos créditos, para posterior liquidação dos bens e rateio entre os credores. Compreende também a punição de atos criminosos praticados pelo devedor falido. [[19]](#footnote-19)

A falência do empresário pode ser considerada como um instituto *sui generis*dodireito empresarial para a satisfação dos créditos à disposição dos credores, do próprio empresário falido e de terceiros que tenham legitimidade para requerê-la.

No Brasil a lei que tutela o aludido instituto é a Lei nº 11.101/05, conhecida como a nova Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, e prevê em seu art. 75 que “a falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa”, em observância aos princípios da celeridade e da economia processual.[[20]](#footnote-20)

É imperioso salientar que a etimologia da expressão “falência” carrega consigo um valor negativo, haja vista que sua definição, no entendimento adotado pelas legislações, pelas doutrinas, inclusive no Brasil, e pela sociedade ao longo dos anos, conota algo negativo em relação ao devedor[[21]](#footnote-21).

A natureza do termo “falência”, que vem do latim “*falare*”, e tem por significado, dentre outros, “falsear”, “enganar”, traz consigo uma carga valorativa negativa em relação ao falido e ao ato de falir[[22]](#footnote-22), não sendo de todo espantoso verificar o tratamento legal dado pelas legislações ao longo da história, principalmente no que concerne a atribuição de um caráter penal à tal condição do devedor.

O aludido termo também está relacionado a adjetivos como “insolvente”, “falido”, “quebrado”, entre outros, que, desde o surgimento das primeiras figuras jurídicas de criminalização da inadimplência dívida, conotam ao devedor a figura do “desonesto”, “criminoso”, entre outros.

Quanto aos crimes falimentares, há na doutrina pátria uma minoritária corrente que adota o termo “crimes falenciais” e “recuperacionais” como expressões “mais acertadas” para caracterizar os tipos penais previstos na vigente Lei nº 11.101/05, sob o argumento de que primeiramente deve-se observância à etimologia da palavra “falência” e “falencial”, uma vez que o uso da expressão “falência/falimentar” é fruto da influência da língua italiana, enquanto que o uso do termo “falencial” advém da adaptação do referido instituto à língua portuguesa, sendo assim, mais adequado ao nosso ordenamento a utilização da expressão “falencial” como uma forma de valorização da língua brasileira[[23]](#footnote-23).

Os adeptos dessa corrente doutrinária salientam que com o advento da entrada em vigor da Lei nº 11.101 de 2005 houve uma mudança do panorama jurídico antes definido pelo Decreto-Lei nº 7.661/45, em que novos bens jurídicos passaram a ser tutelados nas disposições penais. Essa corrente doutrinária preceitua que atualmente os chamados “crimes falimentares” referem-se também aos crimes praticados na instância do processo de recuperação judicial ou extrajudicial, por isso a necessidade de se adotar a expressão “recuperacional”[[24]](#footnote-24).

Para além da divergência terminológica quanto a expressão mais adequada a ser adotada, e sem querer entrar no mérito desta questão, o presente trabalho se limitou a replicar a expressão tradicionalmente utilizada pela doutrina e pelas legislações ao longo dos anos, qual seja “crimes falimentares”, por mera conveniência, não obstante entenda que o uso do termo “crimes falenciais e recuperacionais” pode ser importante para uma valorização da produção jurídica nacional, uma vez que utiliza um termo que remonta às bases nacionais, despindo-se de influências externas e reafirmando-se como autônoma.

Outra divergência doutrinária acerca dos crimes falimentares encontra-se na pluralidade de opiniões quanto à natureza jurídica deste instituto, em razão da diversidade e multiplicidade de bens jurídicos tutelados pelos tipos penais falimentares. Fazendo-se um breve recorte, Rubens Requião pontua que:

Não se acomodam os penalistas sobre a natureza os crimes falimentares. As opiniões divergem e se distribuem entre várias espécies de delito: uns os consideram contra a fé pública; outros sustentam que são crimes contra a economia pública; alguns afiançam serem crimes contra a administração da justiça. A muitos, entretanto, aparecem como delitos contra o patrimônio. Há, ainda, os mais cautelosos, que os vêem como *pluriobjetivos*, pela natureza complexa, ofendendo mais de um bem jurídico.[[25]](#footnote-25)

A teoria mais difundida acerca desse debate é no sentido de entender os crimes falimentares como um ilícito contra o patrimônio, entretanto apesar de ser mais difundida não é unânime e guarda muita crítica, como salienta Oscar Stevenson *apud* Rubens Requião:

O crime falimentar não pode considerar-se como lesão do patrimônio dos credores (...) seja cometido pelo devedor, seja por outras e determinadas pessoas, não se dirige à propriedade dos credores, mas do próprio falido. (...) O prejuízo dos credores será critério subsidiário para a graduação da pena, que deve antes proporcionar-se à desconfiança diminuída ou extinta dos comerciantes, o dano da pública economia. (...) Na economia pública se entrosam todos os interesses privados. Mediatamente lhe constitui um gravame o crime falimentar. (...) Efetivamente o crime falimentar atenta contra o comércio[[26]](#footnote-26)

Nesse esteio, em virtude da plurilesividade dos crimes falimentares é possível que tal desarmonia doutrinária entre os penalistas e empresarialistas sobre a natureza desses crimes perdure ainda no momento em que os crimes falimentares passarem a ser tutelados pelo novo Código Penal, se este vir a entrar em vigor.

Subsiste na doutrina, além das citadas acima, divergências quanto à classificação desses tipos penais em crime de dano ou de perigo, contudo em virtude da complexidade dos crimes falimentares e dos bens tutelados é inegável que não se pode falar em apenas uma dessas classificações.[[27]](#footnote-27)

Uma última divergência que é salutar ser pontuada é aquela quanto à unicidade dos crimes falimentares, se por um lado há uníssono entendimento doutrinário que os crimes falimentares são de natureza unitária, ou seja, “muito embora sejam várias as infrações delituosas falimentares, a aplicação da pena se determina pelo evento de maior gravidade”, há reiteradas jurisprudências de primeira instância que prevêem a aplicação de penas isoladas para cada tipo penal falimentar, entendimento superado e corrigido em segunda instância.[[28]](#footnote-28)

A falência atualmente, por si só, não é mais considerada crime, conquanto a mudança da percepção negativa do ato de falir socialmente seja um tanto quanto lenta com relação ao falido.

Ademais, basta fazer uma análise dos crimes falimentares sob o crivo das Teorias do Crime, precisamente sob a ótica da Teoria Analítica do Crime, preceitos já pacificados da doutrina penal, para entender o porquê não é mais concebível o arcaico entendimento da antiguidade clássica da falência considerada em si mesma como crime[[29]](#footnote-29).

Os crimes falimentares, nas palavras de Alexandre D. Pereira *apud* Marlon Tomazette, à luz da supracitada teoria, podem ser assim classificados:

toda e qualquer conduta típica, antijurídica e culpável, definida e sancionada no âmbito penal da legislação falimentar, que possa, efetiva ou potencialmente, agravar a situação de crise em que se encontra o devedor empresário e cuja punibilidade se encontra subordinada ao reconhecimento desta conjuntura econômico-financeira pelo Poder Judiciário, por meio da falência ou recuperação[[30]](#footnote-30)

Importante pontuar que no atual modelo sistemático da lei brasileira, previsto no art. 180 da Lei nº 11.101/05, é pressuposto de existência dos crimes falimentares, ou seja, é condição objetiva de punibilidade, a sentença declaratória de falência ou a sentença que conceda recuperação judicial ou homologue o plano de recuperação extrajudicial.[[31]](#footnote-31)

Extrai-se do ora citado comando legal que não se poderá falar em crime falimentar sem que se faça presente a sentença declaratória de falência ou a que inaugura o processo recuperacional. Frisa-se que a inexistência desta não obsta que o sujeito ativo venha a praticar crime antes da sentença, contudo, para que esse crime se configure como crime falimentar é imprescindível que seja decretada a sentença[[32]](#footnote-32).

No atual sistema normativo brasileiro, como dito anteriormente, os crimes falimentares encontram-se tipificados em lei especial, a Lei nº 11.101/05, que, nas palavras de Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira e Gladstone Leonel Silva Júnior, tem por premissa geral tutelar a massa de credores, a correção da conduta das pessoas ligadas à falência e assegurar a execução da falência e da recuperação judicial.[[33]](#footnote-33)

Superada a brevíssima explanação sobre o histórico mundial e as características gerais dos crimes falimentares, passa-se a analisar citada previsão normativa no ordenamento jurídico brasileiro, com destaque para a locação legislativa e mudanças mais significativas no decorrer da história brasileira.

O presente trabalho, como dito algures, busca trazer ao plano da argumentação doutrinária do instituto dos crimes falimentares a importância do estudo das origens do direito penal falimentar, a fim de investigar as consequências da mudança do referido instituto no ordenamento jurídico brasileiro à luz do direito empresarial.

1. **OS CRIMES FALIMENTARES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**
   1. **Da Locação Legislativa dos Crimes Falimentares**

No Brasil, muito antes de ser editado um comando normativo que abordasse as matérias afetas exclusivamente ao direito comercial, vigoravam leis que não tinham o condão de separar as leis civis e comerciais, tratando-as como uma só matéria.

Dentre as muitas legislações brasileiras, influenciadas inicialmente por leis portuguesas, que se fizeram presentes no ordenamento pátrio pode-se citar: a legislação das Ordenações Afonsinas de 1447, as Ordenações Manoelinas de 1514 e 1521, que “em matéria de falências, (...) apenas tornaram mais severo o direito de executar o devedor”[[34]](#footnote-34) e as Ordenações Filipinas de 1603.

No ordenamento jurídico português, em 1879, foi editada a Lei da Boa Razão, que trouxe um novo panorama para a aplicação de leis que tivessem como fonte as leis europeias, mais precisamente às leis portuguesas e romanas[[35]](#footnote-35).

No Direito Brasileiro a influência da Lei da Boa Razão nas normas pátrias foi responsável por inúmeras mudanças, apenas a título de exemplificação pode-se citar a proibição do *“non liquet”* e a aplicação subsidiária das leis europeias aos negócios mercantis e marítimos.[[36]](#footnote-36)

Em 1823, com o advento da proclamação da Independência brasileira as leis pátrias passaram a ser influenciadas pelo direito francês (em seu Código Napoleônico, ou Código Civil Francês). A primeira lei que expressou essa influência foi a Constituição de 1824 e em seguida o Código Criminal do Império de 1850.

No que se refere aos crimes falimentares nesta época, é importante destacar que a Constituição de 1824 previa a elaboração de um Código Penal que viesse a tutelar os referidos crimes, que por sua vez estariam classificados pelas leis do comércio[[37]](#footnote-37), haja vista que o Código Napoleônico disciplinada que incumbe ao Código Comercial fornecer a noção sobre os crimes falimentares e o Código Penal prevê as penas e disposições penais.

O primeiro comando legal a incorporar o instituto dos crimes falimentares no ordenamento jurídico brasileiro, como dito antes, foi o Código Criminal do Império, de 1830, que tipificava a figura da “bancarrota fraudulenta”, cuja pena era a de “prisão com trabalho por um a oito anos”[[38]](#footnote-38).

Posteriormente, com o advento da entrada em vigor do Código Comercial brasileiro, em 1850, inspirado no Código Comercial francês de 1807, o legislador trouxe para essa nova legislação a tutela dos crimes falimentares, contudo, o Código Comercial brasileiro difere significativamente do Código francês, especialmente por ter se privado de adotar as diferentes expressões para conceituar o crime falimentar, quais sejam, a bancarrota (como espécie)[[39]](#footnote-39) e a falência (como gênero), que por sua vez era dividida em falência criminosa e falência causal (sem dolo)[[40]](#footnote-40), prevalecendo, portanto, a classificação da falência em causal, com culpa e fraudulenta[[41]](#footnote-41).

A primeira legislação a reformar a parte dos crimes falimentares no Código Comercial foi o Decreto nº 917 de 1890, que “manteve a figura da falência culposa e dolosa. (...) Todavia reservou ao Código Penal a incumbência de atribuir a pena aplicável ao delito”[[42]](#footnote-42).

Neste mesmo ano, o Código Penal brasileiro de 1890 passou a tutelar os tipos penais falimentares, contudo não trouxe modificações significativas, acompanhando a mesma tendência, punindo todo e qualquer comerciante que viesse a falir, não importando se fosse matriculado ou não[[43]](#footnote-43).

Em seguida, em 1902, a Lei nº 859, que embora tivesse o objetivo de reformar a lei que dispunha sobre falências, não trouxe nenhuma previsão significativa para a classificação e conceituação do instituto dos crimes falimentares.

A Lei 2024 de 1908 e o Decreto nº 5746 de 1929 apresentaram em sua redação a previsão dos conceitos de falência culposa e falência fraudulenta, figuras abolidas pelo Decreto-Lei nº 7661 de 1945 (também conhecida como Lei de Falências ou Lei de Falências e Concordatas).[[44]](#footnote-44)

O Código Penal de 1940 pôs fim à disciplina dos crimes falimentares por lei penal, excluindo do seu âmbito os delitos de falência e deixando a cargo de legislação especial posterior, nesse caso o Decreto-Lei 7661 de 1945, a tutela as disposições penais atinentes à falência.

Assim, após sessenta anos de vigência do Decreto-Lei 7661 de 1945, surge no ordenamento jurídico brasileiro uma nova Lei de Falência, a Lei nº 11.101 de 2005, também conhecida como Lei de Falência e Recuperação de Empresas, pois não se restringe a regular apenas a falência, mas também a recuperação judicial. Sendo esta a norma reguladora atualmente vigente sobre os crimes falimentares.

A Lei nº 11.101/05, dentre outras características, traz uma abordagem mais severa que o Decreto antecessor, haja vista que extinguiu alguns crimes falimentares previstos no Decreto-Lei nº 7661 de 1945, replicou alguns crimes com a majoração das penas previstas e incluiu novos tipos penais.[[45]](#footnote-45)

É notória e inequívoca a incerteza do legislador brasileiro acerca da alocação dos crimes falimentares, se por um lado há aqueles que entendam ser de competência do Direito Penal e seu Código a regulamentação desse instituto, para outros o entendimento (e este é o que perdura no país) mais adequado é manter os crimes falimentares sob a perspectiva do Direito Empresarial, para uma adequação mais satisfatória à finalidade do referido instituto[[46]](#footnote-46).

Por fim, assinala-se que a supracitada incerteza legislativa decorre também da percepção do princípio da autonomia legislativa[[47]](#footnote-47).

**2.2. Lei Atual**

O panorama jurídico atual do Brasil, como dito no capítulo anterior, prevê os crimes falimentares em lei especial, a Lei nº 11.101/05, que os tipifica nos artigos [168](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10925259/artigo-168-da-lei-n-11101-de-09-de-fevereiro-de-2005) a [178](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10924569/artigo-178-da-lei-n-11101-de-09-de-fevereiro-de-2005), muito embora não possuam definição específica no ordenamento jurídico brasileiro.

No diploma vigente, os crimes falimentares no ordenamento jurídico brasileiro aponta onze tipos penais, que atualmente só podem ser configurados na modalidade dolosa, quais sejam 1) fraude a credores; 2) violação de sigilo empresarial; 3) divulgação de informações falsas; 4) indução a erro; 5) favorecimento de credores; 6) desvio, ocultação ou apropriação de bens; 7) aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens; 8) habilitação ilegal de crédito; 9) exercício ilegal de atividade; 10) violação de impedimento; e 11) omissão dos documentos contábeis obrigatórios.

Dentre as principais inovações legislativas trazidas pela Lei nº 11.101/05 estão a criação do instituto da recuperação judicial, a extinção das concordatas (ressalta-se que o art. 192 prevê que a Lei nº 11.101/05 não se aplicará aos processos de falência e concordatas, apenas as de natureza preventiva, que foram ajuizadas antes do início de vigência desta lei), a criação de mecanismos para a maximização de ativos, o aumento de penas para a punição de crimes falimentares, entre outros.

É pertinente ressaltar, ainda, que a própria lei, em seu art. 184, dispõe que os crimes falimentares ali previstos são de ação penal pública incondicionada. O que, por si, denota indícios de uma compreensão sobre a natureza jurídica dos crimes falimentares, deslocando de certo modo a perspectiva patrimonial dos credores para o interesse coletivo, como abordado no capítulo anterior do presente estudo.

1. **O PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL**
   1. **Aspectos Gerais**

Em 2011, através dos Requerimentos nº 756 e 1.034, foi encaminhado ao Senado o pedido para a constituição de uma Comissão de Reforma do Código Penal brasileiro, cujo pressuposto de existência seria a elaboração de um Código Penal baseado nos preceitos da Constituição Federal de 1988[[48]](#footnote-48).

Nas palavras extraídas do Relatório Final da Comissão de Reforma dirigidas ao Presidente do Senado, a Comissão tinha como atribuições primordiais as seguintes tarefas:

a) modernizar o Código Penal; b) unificar a legislação penal esparsa; c) estudar a compatibilidade dos tipos penais hoje existentes com a Constituição de 1988, descriminalizando condutas e, se necessário, prevendo novas figuras típicas; d) tornar proporcionais as penas dos diversos crimes, a partir de sua gravidade relativa; e) buscar formas alternativas, não prisionais, de sanção penal[[49]](#footnote-49)

O Projeto de Lei nº 236/2012, em suma, foi elaborado a partir de um anteprojeto de lei encaminhado ao Senado, onde passou a tramitar como projeto de lei. Numa visão geral, o projeto manteve a divisão do Código Penal em duas partes, sendo uma parte geral e uma parte especial.

A parte geral do Código está dividida em oito títulos, quais sejam: Título I – Da aplicação da Lei Penal; Título II – Do Crime; Título III – Das Penas; Título IV – Da Individualização das Penas; Título V – Das Medidas de Segurança; Título VI – Da Ação Penal; Título VII – Da Barganha e Colaboração com a Justiça; e, Título VIII – Da Extinção da Punibilidade.

A parte especial, por sua vez, divide-se em dezessete títulos, sendo eles: Título I – Dos Crimes contra a Pessoa; Título II – Dos Crimes contra o Patrimônio; Título III – Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial; Título IV – Dos Crimes contra a Dignidade Sexual; Título V – Dos Crimes contra a Incolumidade Pública; Título VI – Dos Crimes Cibernéticos; Título VII – Dos Crimes contra a Saúde Pública; Título VIII – Dos Crimes contra a Paz Pública; Título IX – Dos Crimes contra a Fé Pública; Título X – Dos Crimes contra a Administração Pública; Título XI – Dos Crimes Eleitorais; Título XII – Dos Crimes contra as Finanças Públicas; Título XIII – Dos Crimes contra a Ordem Econômico Financeira; Título XIV – Dos Crimes contra Interesses Metaindividuais; Título XV – Dos Crimes relativos a Estrangeiros; Título XVI – Dos Crimes contra os Direitos Humanos; Título XVII – Dos Crimes de Guerra.

Existem incontáveis críticas negativas acerca dos dispositivos do novo Código Penal, muitas delas são no sentido de que esse projeto não atende aos requisitos necessários e esperados para uma reforma legislativa de tamanha importância e impacto, bem como, em contrapartida ao defendido pela Comissão de Reforma, trata-se de um projeto feito “às pressas”, sem o devido cuidado com a análise aprofundada[[50]](#footnote-50).

Nesse sentido, em outubro de 2012, em Manifesto do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), juntamente com o Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP) e do Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC), foram pontuadas diversas falhas estruturais do Projeto de Lei nº 236 de 2012, a saber, dentre outras, a inexplicável tramitação de urgência do Projeto em comparação com outras reformas penais ocorridas desde a época do Império[[51]](#footnote-51) e a ausência da subsunção do Projeto a um método científico capaz de investigar os impactos da nova lei no âmbito jurídico nacional.[[52]](#footnote-52)

O Projeto de Lei nº 236 de 2012, em linhas gerais, carrega um caráter mais rígido e amplia o rol de pressupostos punitivos do Estado tanto para os crimes cometidos por pessoa física quanto pessoa jurídica[[53]](#footnote-53), bem por isso é alvo das mais ferrenhas críticas dos juristas, contudo quanto aos crimes falimentares, como dito, há vários temas ausentes que poderiam trazer uma discussão mais complexa acerca da real necessidade da mudança desse instituto para o novo Código Penal[[54]](#footnote-54).

* 1. **A Tutela dos Crimes Falimentares no Novo Código Penal**

Os crimes falimentares, neste novo dispositivo legal, estão alocados quase que integramente na parte especial, no Título XIII – Dos Crimes contra a Ordem Econômico Financeira, excetuando-se apenas a prescrição, que foi introduzida na parte geral do Código. [[55]](#footnote-55)

O novo Código Penal prevê que as penas para os crimes falimentares deixam de ser de reclusão, como previsto na Lei nº 11.101/05, e passam a ser de prisão, terminologia que virá a substituir o termo “reclusão” [[56]](#footnote-56), e retiram ainda a pena de multa de todos os tipos penais falimentares nele disciplinados, contudo reside ainda a previsão da aplicação da pena de multa segundo a inteligência do art.74 do Projeto[[57]](#footnote-57).

Em comparação com o Decreto-Lei nº 7661 de 1945 e a Lei nº 11.101/05, pode-se perceber que ao passo que a Lei nº 11.101/05 majorou as penas previstas para os crimes falimentares, incluiu novos tipos e excluiu alguns tipos penais, o projeto do novo Código Penal não apresenta mudanças significativas.[[58]](#footnote-58)

O Projeto de Lei nº 236/12 ao trazer para si os crimes falimentares exclui do seu rol de tipicidade dois crimes, o exercício ilegal de atividade e omissão de documentos contábeis obrigatórios, e, dentre as tímidas modificações dos outros tipos penais as mais notáveis são a redação do crime de fraude contra credores que passa a se chamar “fraude contra falência ou recuperação judicial ou extrajudicial” e a redação do crime de divulgação de informações falsas, onde o verbo propalar é suprimido.[[59]](#footnote-59)

Ademais, o projeto não traz mudanças significativas quanto a previsão de penas dos crimes falimentares, de forma que é possível afirmar que embora o projeto tenha mudado a expressão “reclusão” para “prisão” as penas, em linhas gerais, foram replicadas no novo Código Penal. Assim esclarece:

Em dois terços dos crimes, a pena continua sendo de dois a quatro anos de reclusão. Na fraude, a pena, que é de três a seis anos, passaria a ser de dois a seis anos. No crime de favorecimento de credores, a pena mantém-se entre dois a cinco anos de reclusão. E, por fim, no crime de violação de impedimento, a pena, hoje de dois a quatro anos de reclusão, passa a ser de mirabolantes dois a doze anos de reclusão, pena idêntica à mínima cominada ao homicídio qualificado no atual Código Penal e no PLS 236/2012. E ainda sobre as questões das penas, faz-se uma última observação de que não há mais a previsão de multa cumulativamente à pena privativa de liberdade na parte especial, o que é suprido pelo disposto no artigo 74 do projeto do novo Código Penal, segundo o qual “a multa será aplicada em todos os crimes que tenham produzido ou possam produzir prejuízos materiais à vítima, ainda que coletiva ou difusa, independentemente de que cada tipo penal a preveja autonomamente.[[60]](#footnote-60)

Por fim, cabe finalizar o presente capítulo citando Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira e Gladstone Leonel SILVA Júnior:

Em resumo, as disposições sobre crimes falimentares no projeto de lei do novo Código Penal não representam nenhuma evolução quanto ao instituto dos crimes falimentares: há, na verdade, mera transposição da legislação em vigor, que acarreta a reprodução de muitas falhas, de tal sorte que, ao que parece, o projeto não se preocupou em aprofundar os estudos em matéria criminal falimentar, aperfeiçoando o instituto, mas tão só modificar a lei que os tipifica, o que foi feito sem maiores mudanças[[61]](#footnote-61)

**CONCLUSÕES**

No presente trabalho observou-se que ao longo dos anos, os crimes falimentares nunca estiveram alocados em uma posição fixa no ordenamento jurídico brasileiro. A cada promulgação de nova lei que trouxera em seu rol de disposições penais acerca do referido instituto, este mudava sua locação legislativa, ora estando no Código Penal ora na lei especial que ao longo dos tempos disciplinou a falência.

O cenário de discussões atualmente tende mais visivelmente em torno do entendimento de que os crimes falimentares, em virtude de sua natureza especial, deveriam permanecer em legislação própria que possa abarcar e dar um maior e mais certeiro direcionamento da tutela jurisdicional sobre os bens jurídicos que se presta a proteger, muito embora o Código Penal preveja alguns tipos penais semelhantes aos dispostos na Lei nº 11.101/05.

Defender a inserção dos crimes falimentares no novo Código Penal sob o argumento de que este conferirá uma desejada unicidade e arrumação das legislações penais esparsas pode ser entendido como um retrocesso legislativo, e no caso em análise um retrocesso quanto à autonomia do Direito Empresarial, haja vista que tal disposição não guarda nenhuma evolução significativa ao instituto da falência e se limita de forma simplista a replicar com poucas alterações as normas previstas na Lei nº 11.101/05.

**REFERÊNCIAS**

\_\_\_\_\_\_. **Código Criminal.** [Lei de 16 de dezembro de 1830.](https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/DF9B2AA1D404845F83257D39004C6BBB?OpenDocument&HIGHLIGHT=1,Manda%20executar%20o%20Codigo%20Criminal.) **Disponível em: <** http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm >. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_\_. **Manifesto sobre a Reforma Penal.** Manifesto Do Instituto Brasileiro De Ciencias Criminais (IBCCrim), Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP) e Do Instituto Transdisciplinar De Estudos Criminais (ITEC). 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/manifesto1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

\_\_\_\_\_\_. **Lei de Falência e Recuperação Judicial.** Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato20042006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

\_\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 9 de julho de 2012**. Institui o novo Código Penal. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404 >. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_\_. **Quadro comparativo do Novo Código Penal.** Disponível em: <http://www.ibadpp.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Quadro-Comparativo-CP.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

ANDREUCCI, Ricardo. **A Eficácia da Lei Penal no Tempo e os Crimes Falimentares Tipificados pela Lei n. 11.101/2005**. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/eficácia-da-lei-penal-no-tempo-e-os-crimes-falimentares-tipificados-pela-lei-n-111012005> Acesso em 9 abr. 2018.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014.

CABRAL, Gustavo César Machado. A lei da boa razão e as fontes do direito: investigações sobre as mudanças no direito português do final do antigo regime. Fortaleza: **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. 09 a 12 jun. 2010.

CARVALHO, Salo de. Em defesa da Lei de Responsabilidade Político-Criminal: o caso do anteprojeto de Código Penal*in* **Comentários ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/12)**. Coor. Rogério Greco. Niterói: Impetus, 2013. p. 3.

COIMBRA, Valdinei Cordeiro. **Os crimes falimentares na nova Lei de Falências (Lei nº**[**11.101**](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/96893/lei-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-judicial-e-extrajudicial-e-de-fal%C3%AAncia-lei-11101-05)**/05)**. 2005. Disponível em:

<http://www.conteudojuridico.com.br/monografia-tcc-tese,crimes-falimentares-na-lei-1110105,20567.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

COSTA, Álvaro Mayrink da. Crime Falimentar. **Revista da EMERJ**, v.3, n.12, 2000. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\_online/edicoes/revista12/revista12\_143.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ESTEVEZ, André Fernandes. Das origens do direito falimentar à lei nº 11.101/2005. *in* **Revista Jurídica Empresarial**. v.3. n. 15. Jul/ago 2010. Disponível em:

<https://www.academia.edu/7328977/Das\_origens\_do\_Direito\_falimentar\_à\_Lei\_n.o\_11.101\_2005> Acesso em: 29 mai. 2018.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> Acesso em: 9 mai. 2018.

MAGALHÃES, J. Hamilton. **Direito Falimentar Brasileiro**. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994.

MIGLIARI JR, Arthur. [**Crimes de recuperação de empresas e de falência: de acordo com a lei nº 11.101/2005**](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2006;000766951)**.** São Paulo: Imprenta. Quartier Latin, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa.** Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2011.

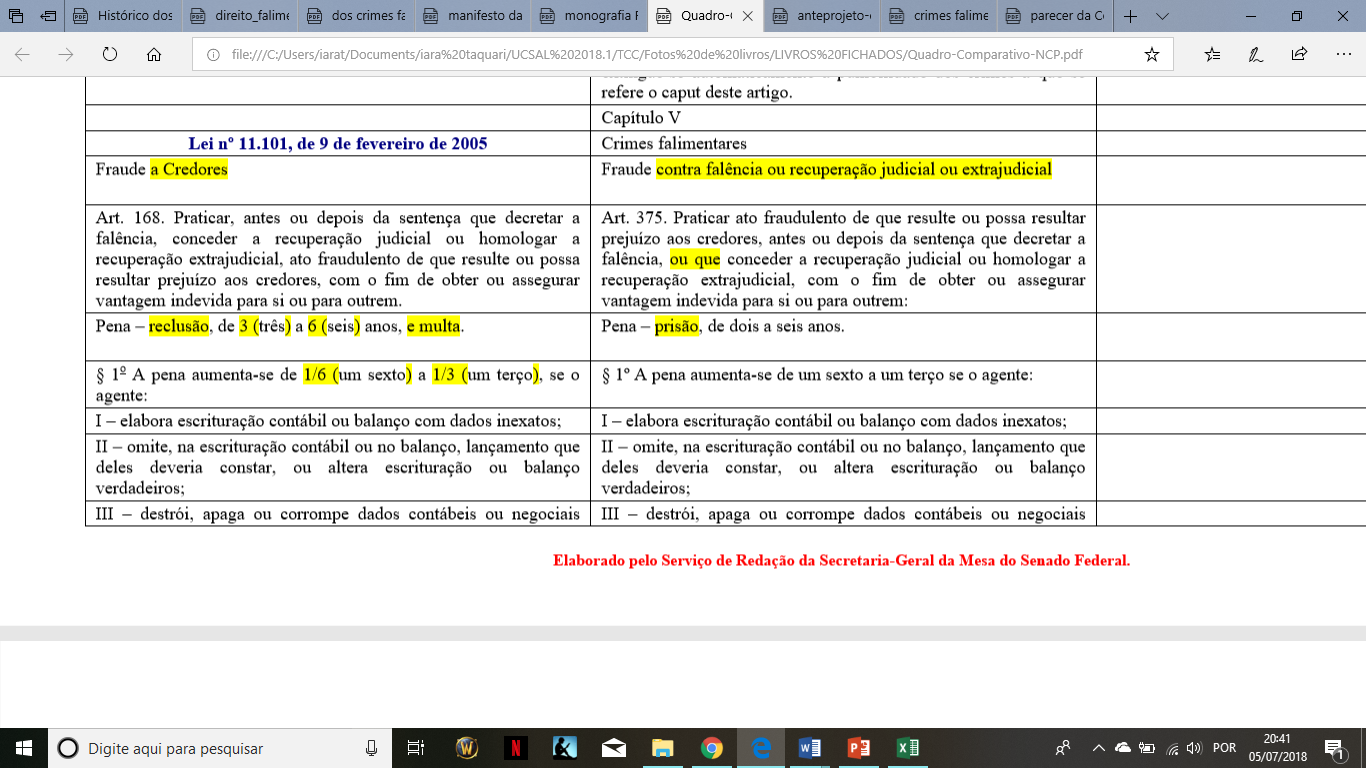
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

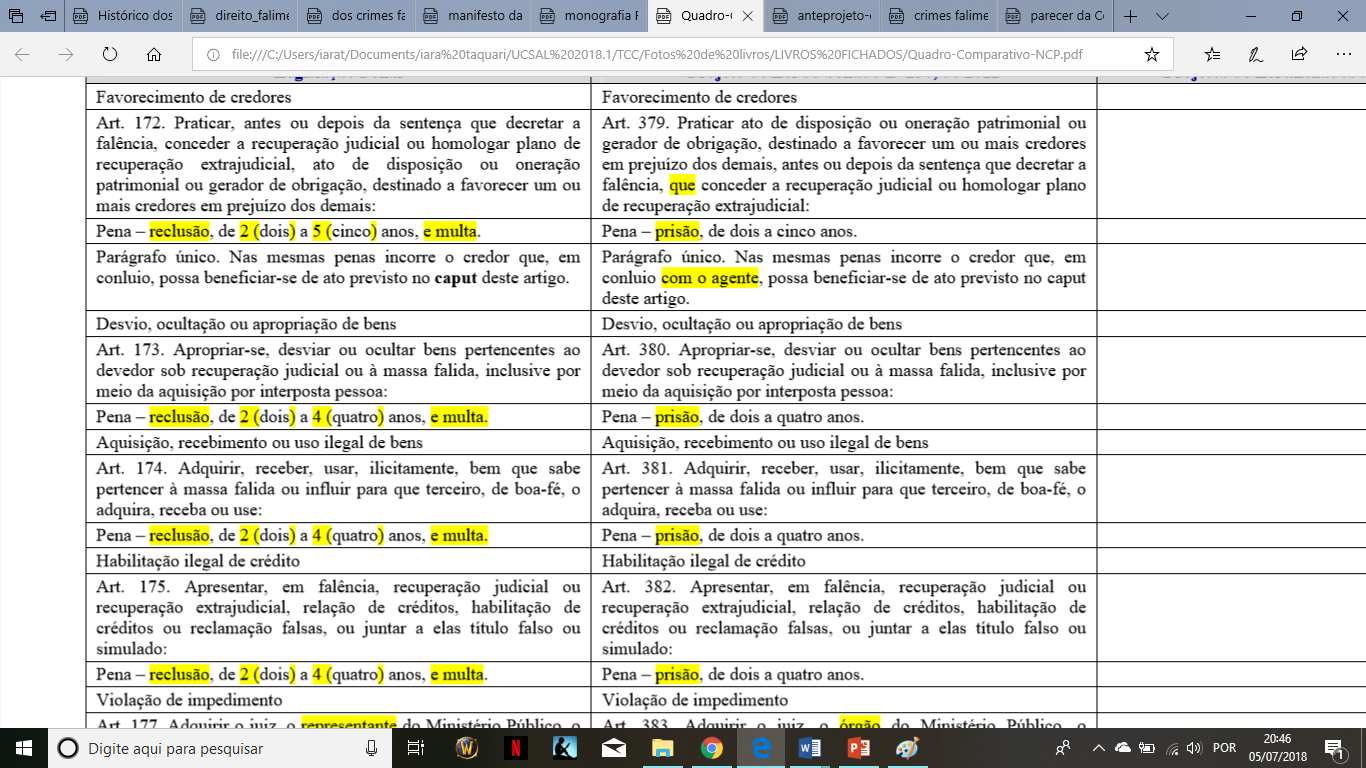
REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito falimentar.** v.2. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

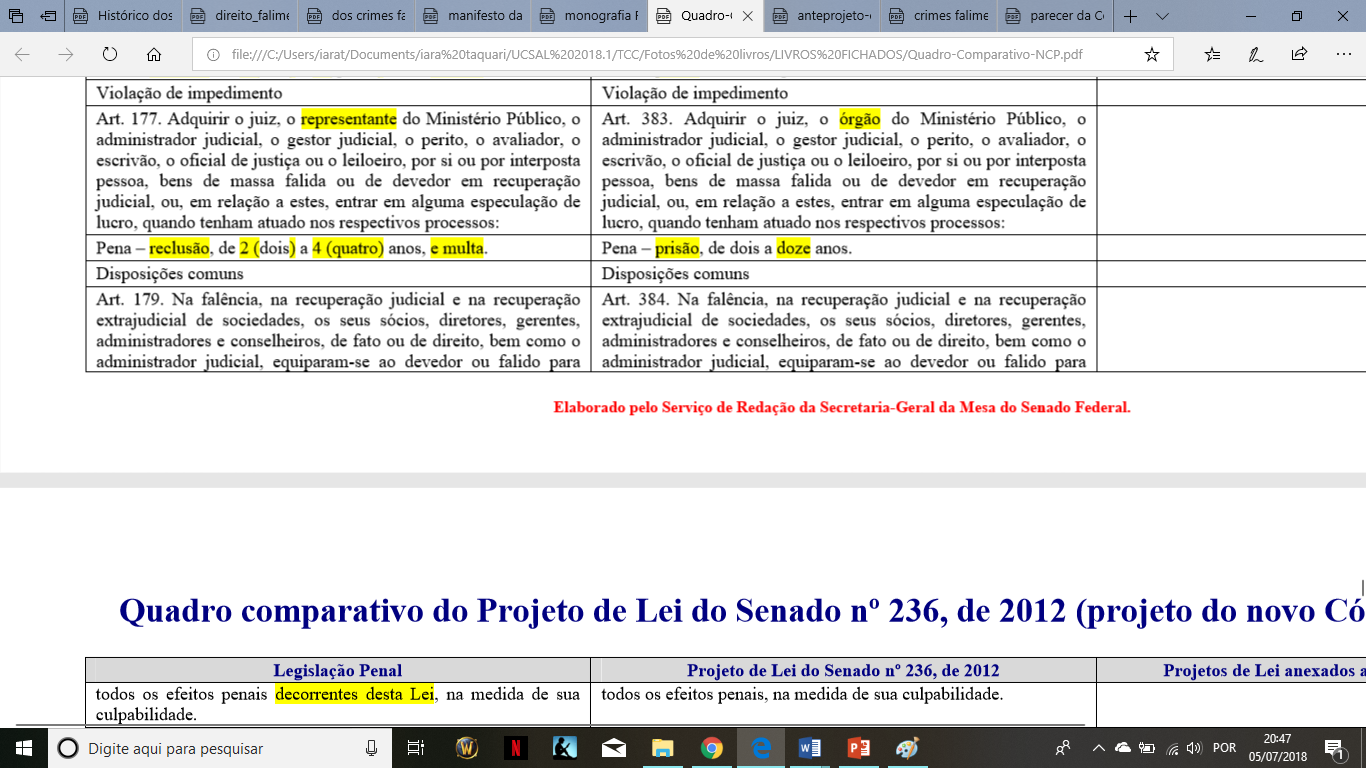
TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas.** v. 3. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

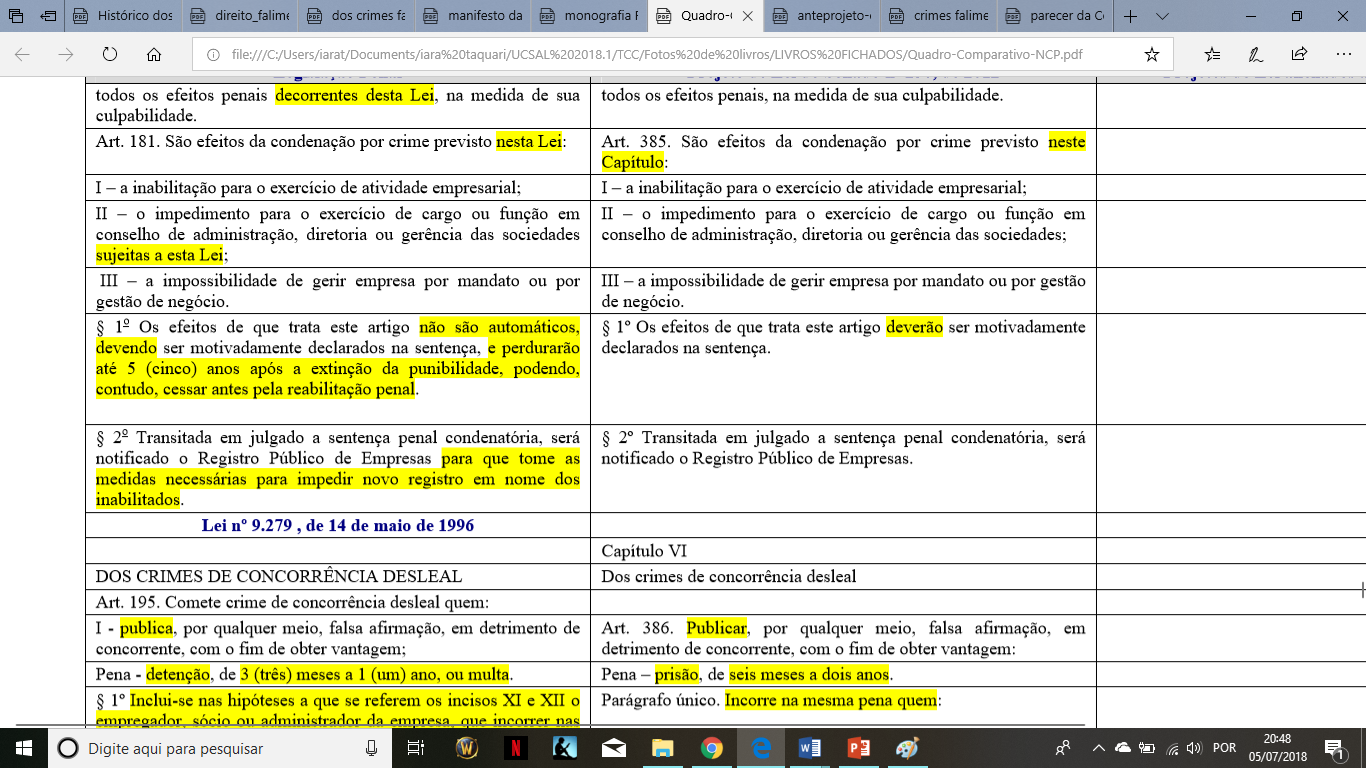
**ANEXO I**

**Quadro comparativo entre a Lei nº 11.101/05 e o projeto de Lei nº 236/12:**









\_\_\_\_\_\_. **Quadro comparativo do Novo Código Penal.** Disponível em: <http://www.ibadpp.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Quadro-Comparativo-CP.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

1. Graduanda em Direito da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor da Universidade Católica do Salvador, Advogado do corpo da Caixa Econômica Federal e professor da Faculdade Social da Bahia. Direito Empresarial, Tributário e Imobiliário. [↑](#footnote-ref-2)
3. MIGLIARI JR, Arthur. [**Crimes de recuperação de empresas e de falência: de acordo com a lei nº 11.101/2005**](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2006;000766951)**.** São Paulo: Imprenta. Quartier Latin, 2006. p. 582. [↑](#footnote-ref-3)
4. REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito falimentar.** v.2. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 153/154. [↑](#footnote-ref-4)
5. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 718. [↑](#footnote-ref-5)
6. “No direito romano arcaico, a execução incidia sobre a pessoa do devedor, do que é exemplo significativo a *manus injectio*, que autorizava ao credor manter o devedor em cárcere privado ou escravizá-lo. Desse instituto draconiano, o regime executório passou para o sistema da constrição patrimonial com a lei *Paetelia Papiria*, que admitia a execução forçada das condenações em dinheiro por meio da *venditio bonorum*. Já no direito romano tardio, surgiram as primeiras regras orientadoras da administração da massa, a assembleia de credores, a classificação dos créditos, a revogação dos atos fraudulentos do devedor e, sobretudo, a regra essencial da *par conditio omnium creditorum*. O instituto da falência vem dos estatutos das corporações medievais, restringindo o caráter privado da execução, embora isso não signifique a emancipação física do devedor. É certo que num estatuto da cidade de Verona, no início do século XIII, foram esboçadas as primeiras regras que vieram a constituir essa execução patrimonial especial”. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 558. [↑](#footnote-ref-6)
7. “Nas civilizações da antiguidade clássica, outorgava-se ao credor o poder de coagir fisicamente o devedor à margem da prestação jurisdicional. ‘O devedor era aprisionado, escravizado e até morto pelo credor, caso não pagasse o devido.’”. ESTEVEZ, André Fernandes. Das origens do direito falimentar à lei nº 11.101/2005. *in* **Revista Jurídica Empresarial**. v.3. n. 15. Jul/ago 2010. p.3. Disponível em:

   <https://www.academia.edu/7328977/Das\_origens\_do\_Direito\_falimentar\_à\_Lei\_n.o\_11.101\_2005> Acesso em: 29 mai 18. [↑](#footnote-ref-7)
8. “Pela Lei das XII tábuas (*Lex Doudecim Tabularum)*, e pelo processo da *manus injectio,* (...) o devedor era levado pelo credor à presença do magistrado e, por um gesto solene de colocar a mão sobre o ombro do devedor, ficava o credor com o direito de mantê-lo preso pelo prazo de trinta (30) dias, até que houvesse a possibilidade de aparecer alguém, assumindo a dívida. Se ninguém se apresentasse, o prazo de trinta dias era prorrogado por mais sessenta (60), e, caso ainda não houvesse a intervenção de terceiros (*vindex*), era o devedor levado e apregoado durante três feiras consecutivas e, finalmente, vendido como escravo, *trans Tiberim*, além da cidade de Tibre ou do Rio Tibre, porque em Roma, já nessa época, não se admitia a escravidão. Como também podia o credor sacrificar pela morte a pessoa do devedor, caso não houvesse licitante na venda pública. Se houvesse mais de um credor, estabelecia-se o concurso de credores no preço da arrematação, ou na pessoa do devedor, no caso de morte. Nesse caso o cadáver era esquartejado e as partes do corpo eram entregues aos credores como satisfação proporcional de seus créditos”. MAGALHÃES, J. Hamilton. **Direito Falimentar Brasileiro.** 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 1 e 2. [↑](#footnote-ref-8)
9. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 558. [↑](#footnote-ref-9)
10. “A Lei das Doze Tábuas não poupa o devedor, porém, não permite que a sua propriedade seja confiscada em proveito do credor. O corpo do homem responde pela dívida, mas não a terra, porque esta é inseparável da família. Será bem mais fácil escravizar o homem do que tirar-lhe um direito de propriedade que pertence mais à família do que a ele próprio(...)”. MAGALHÃES, J. Hamilton. **Direito Falimentar Brasileiro.** 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 2 [↑](#footnote-ref-10)
11. “A hipótese de esquartejamento é assinalada pela doutrina como fruto da existência de pluralidade de credores, onde não seria possível deixar o cadáver com apenas um deles, sendo necessária a retalhação do devedor. (...) Mesmo assim, ‘é o sistema arcaico da defesa jurídica, que culmina com a vingança privada. O importante, segundo êsse ponto de vista, não é tanto defender o direito lesado como castigar a quem o violou, matando-o ou reduzindo-o à escravidão’”. ESTEVEZ, André Fernandes. Das origens do direito falimentar à lei nº 11.101/2005. *in* **Revista Jurídica Empresarial**. v.3. n. 15. Jul/ago 2010. p. 6. Disponível em:

    <https://www.academia.edu/7328977/Das\_origens\_do\_Direito\_falimentar\_à\_Lei\_n.o\_11.101\_2005> Acesso em: 29 mai 18. [↑](#footnote-ref-11)
12. “A Lei das XII Tábuas teve o mérito de igualar os destinatários da pena, configurando autêntico avanço político-social. Durante o Império, a pena tornou-se novamente mais rigorosa, restaurando-se a pena de morte e instituindo-se os trabalhos forçados. Se na República a pena tinha caráter predominantemente preventivo, passou-se a vê-la com o aspecto eminentemente repressivo. Mas foi também a época de significativos avanços na concepção do elemento subjetivo do crime, diferenciando-se o dolo de ímpeto do dolo de premeditação, entre outras conquistas. Continuavam a existir, no entanto, as penas infamantes, cruéis, de morte, de trabalhos forçados e de banimento.” NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal.** 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 54. [↑](#footnote-ref-12)
13. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 558. [↑](#footnote-ref-13)
14. MAGALHÃES, J. Hamilton. **Direito Falimentar Brasileiro.** 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 213. [↑](#footnote-ref-14)
15. BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 11. [↑](#footnote-ref-15)
16. Para auxiliar todo o processo, o pretor convocava os credores que, em assembleia, elegiam o magister (ancestral do administrador judicial), a quem competia tomar as medidas necessárias para o processamento do concurso de credores. No entanto, o processamento da venda dos bens era submetido à assembleia de credores e se dava publicidade para terceiros. Como se vê, trata-se de figuras jurídicas que trouxeram maior transparência ao procedimento, oferecendo mais garantias aos próprios credores e originando o sistema do qual decorreu o atual direito falimentar. Não sendo possível o pagamento de todos os credores, o devedor era marcado com nota de infâmia, perdia os direitos civis e era considerado como se “morto fosse” (...) Não cumprir uma dívida dava fortes poderes aos credores, ‘pois o não cumprimento das promessas significava, no consenso cultural da época, uma afronta à boa-fé.’” ESTEVEZ, André Fernandes. Das origens do direito falimentar à lei nº 11.101/2005. *in* **Revista Jurídica Empresarial**. v.3. n. 15. Jul/ago 2010. p. 6 e 10. Disponível em:

    <https://www.academia.edu/7328977/Das\_origens\_do\_Direito\_falimentar\_à\_Lei\_n.o\_11.101\_2005> Acesso em: 29 mai 18. [↑](#footnote-ref-16)
17. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial.** 17. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 558. E em mesmo esteio, BEZERRA FILHO, M. J. *apud* BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 11: “(...) já na Idade Média, a partir do século XIII, está em formação um direito comercial informal e cosmopolita, decorrente dos usos e costumes das corporações de ofício. Estabelecem-se aí os primeiros delineamentos do direito falimentar, estendendo-se a falência tanto ao devedor comercial, quanto ao devedor civil, sendo o falido coberto de infâmia, tido como fraudador, réprobo social, sujeito a severas medidas penais, além da perda total de seu patrimônio.” [↑](#footnote-ref-17)
18. “A falência era considerada um delito grave e as penas continuavam rigorosas; se agisse sem fraude, imputava-lhes a pena de infâmia, no entanto, poderia o síndico se apoderar da pessoa do devedor e dispor de seus bens. Diz ainda a doutrina que, nesta época, caso o devedor fugisse e/ou se recusasse em atender ao chamado do juiz, este fato representaria, seria entendido como confissão de falência, legitimava assim também o sequestro de todos os bens do comerciante/devedor”. BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 10 e 11. Ver também na nota de rodapé nº 16 do presente trabalho. [↑](#footnote-ref-18)
19. NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa.** v. 3. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 21. [↑](#footnote-ref-19)
20. \_\_\_\_\_\_. **Lei de Falência e Recuperação Judicial.** Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato20042006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em: 9 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-20)
21. “O verbo falir tem sua origem etimológica latina *fallo, fefelli, falsum, fallere,* esconder, encobrir ou ocultar para enganar, induzir a erro – escapar a elemento compositivo antepositivo nominal – falec – falácia, falha, falso, falência. Falir significa suspender pagamentos, não ter com o que pagar aos credores, quebrar. Toda esta evolução do conceito e evolução sociolinguística dos vocábulos falir e falência encontra perfeito paralelo no desenvolvimento cultural, político e econômico da Humanidade.” BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. [↑](#footnote-ref-21)
22. “Palavras como insolvente, falido, quebrado estão marcadas por um valor negativo, vexatório, intimamente ligado à ideia de caloteiro, criminoso, fraudador, desonesto, trapincola, entre outros”. MAMEDE, Gladston *apud* FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. p. 2. Disponível em:

    <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> [↑](#footnote-ref-22)
23. MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. [**Crimes de recuperação de empresas e de falência: de acordo com a lei nº 11.101/2005**](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2006;000766951)**.** São Paulo: Imprenta. Quartier Latin, 2006. p. 582. [↑](#footnote-ref-23)
24. TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas.** v. 3. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017, p. 565-566; e MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**. 6. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 281-282. [↑](#footnote-ref-24)
25. REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito falimentar.** v.2. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 157. [↑](#footnote-ref-25)
26. REQUIÃO, 1995. op. cit. p. 157. [↑](#footnote-ref-26)
27. Trajano de Miranda Valverde *apud* Rubens Requião classifica os crimes de dano e de perigo como “dano é a modificação do mundo exterior que produz a perda ou a diminuição de um bem ou de um interesse humano; perigo é a modificação do mundo exterior (resultado), voluntariamente causada ou não impedida (ação ou omissão), contendo a potencialidade (idoneidade, capacidade) de produzir a perda ou a diminuição de um bem, sacrifício ou a restrição de um interesse (dano). (...) Nos crimes da primeira espécie, a ação ou a omissão produz, efetivamente, um dano ou uma lesão; nos crimes da segunda espécie, a ação ou omissão cria a possibilidade de um dano – dano potencial”. REQUIÃO, 1995. op. cit. p. 159. [↑](#footnote-ref-27)
28. REQUIÃO, 1995. op. cit. p. 160. [↑](#footnote-ref-28)
29. Para que uma conduta seja considerada criminosa, ensinam os penalistas, é necessário tratar-se “de uma conduta típica, antijurídica e culpável, vale dizer, uma ação ou omissão ajustada a um modelo legal de conduta proibida (tipicidade), contrária ao direito (antijuridicidade) e sujeita a um juízo de reprovação social incidente sobre o fato e seu autor, desde que existam imputabilidade, consciência potencial de ilicitude e exigibilidade e possibilidade de agir conforme o direito.” (grifou-se). NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 138 [↑](#footnote-ref-29)
30. Alexandre D. Pereira *apud* TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas.** v. 3. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. p. 566. [↑](#footnote-ref-30)
31. “Art. 180. A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial de que trata o art. 163 desta Lei é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nesta Lei.” \_\_\_\_\_\_. **Lei de Falência e Recuperação Judicial.** Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato20042006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em: 9 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-31)
32. FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. Disponível em

    <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> [↑](#footnote-ref-32)
33. “De maneira geral, pode-se afirmar que os crimes falimentares têm por objetivo tutelar a massa de credores, visando a instigar a integridade da administração da massa falida, a correção da conduta das pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao evento falência, tais como o devedor ou falido, o curador, o perito, o leiloeiro, enfim; e assegurar um apropriado processamento das medidas aplicáveis à falência e à recuperação, antes, durante e após o reconhecimento judicial.” FERREIRA e SILVA JÚNIOR. op. cit. p. 3. [↑](#footnote-ref-33)
34. BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 13. [↑](#footnote-ref-34)
35. A Lei da Boa Razão foi publicada em 18 de agosto de 1769 pelo rei D. José I, tendo como principal objetivo reformular as matérias concernentes às fontes do direito em Portugal, bem como fornecer um critério seguro e objetivo sobre o que seria a boa razão sobre a qual se referiram as Ordenações Filipinas quando a estabeleceu como critério à aplicação do direito romano. Seu caráter instrumental é notório. Era uma lei cuja finalidade foi tratar de outras leis, ou, mais precisamente, aplicá-las do modo mais adequado. Mais do que uma simples norma sobre aplicação, a Lei da Boa Razão trazia, além do modo de utilização das leis, o que poderia ser aplicado; era uma meta-norma, instrumento legal indicador do que era Direito no Portugal do século XVIII. CABRAL, Gustavo César Machado. A lei da boa razão e as fontes do direito: investigações sobre as mudanças no direito português do final do antigo regime. Fortaleza: **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI.** 09 a 12 jun. 2010. p. 4. [↑](#footnote-ref-35)
36. BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 14. [↑](#footnote-ref-36)
37. A Constituição de 1824 prometeu elaboração tanto do Código Civil e quanto no Penal, no qual, no último, estivessem prescritos os crimes de falência e estes deveriam ser qualificados de acordo com as leis do comércio. Após 06 anos da promulgação da Constituição de 1824, entrou em vigor o Código Criminal de 1830 que tipificou o crime de falência fraudulenta, no art. 263. “A bancarrota, que for qualificada de fraudulenta na conformidade das leis do comércio, será punida com a prisão com trabalho por um a oito anos.”. BARROS, 2014. op. cit. p. 14. [↑](#footnote-ref-37)
38. Na redação originalmente colhida do site do Planalto: “Art. 263. A bancarrota, que fôr qualificada de fraudulenta na conformidade das Leis do commercio, será punida com a prisão com trabalho por um a oito annos. Na mesma pena incorrerão os complices.”. \_\_\_\_\_\_. **Código Criminal.** [Lei de 16 de dezembro de 1830.](https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/DF9B2AA1D404845F83257D39004C6BBB?OpenDocument&HIGHLIGHT=1,Manda%20executar%20o%20Codigo%20Criminal.) **Disponível em: <** http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm >. Acesso em: 02 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-38)
39. Apenas a título de curiosidade, as primeiras aparições do instituto da falência no panorama mundial remontam à Itália e à França na época da Idade Média, período em que “o comércio da época era desenvolvido sobre bancos ou balcões, onde eram expostas as peças objeto de compra e venda. Contudo, por vezes, não era possível a um dos comerciantes solver todas as suas dívidas. Ensina AUGUSTO AFONSO NETO que o poder concedido por este novo Direito ao credor o permitia “quebrar o banco ou o balcão do comerciante que não solvia suas obrigações. Daí, a expressão italiana banco rotto – banco quebrado –, que deu, em português, bancarrota; em francês, banqueroute; e em inglês, bankruptcy”. Posteriormente, os credores passaram a observar que os bancos e balcões quebrados poderiam ser utilizados para a satisfação, mesmo que parcial, de seus créditos, motivo pelo qual passaram a não mais destruir o estabelecimento do devedor para permitir a sua posterior venda e distribuição do produto aos credores.” ESTEVEZ, André Fernandes. Das origens do direito falimentar à lei nº 11.101/2005. *in* **Revista Jurídica Empresarial**. v.3. n. 15. Jul/ago 2010. p. Disponível em: <https://www.academia.edu/7328977/Das\_origens\_do\_Direito\_falimentar\_à\_Lei\_n.o\_11.101\_2005> Acesso em: 29 mai 18. [↑](#footnote-ref-39)
40. MAGALHÃES, J. Hamilton. **Direito Falimentar Brasileiro.** 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 213-214. [↑](#footnote-ref-40)
41. “Seria ela considerada causal, quando originária de casos fortuitos ou força maior. Culposa, quando proveniente de excessivas despesas, perdas etc. E, finalmente, seria classificada como fraudulenta, quando ocorresse despesa fictícia, desvio de fundos e valores em mãos do falido etc”. MAGALHÃES, 1994. op. cit. p. 1 e 2. [↑](#footnote-ref-41)
42. MAGALHÃES, 1994. op. cit. p. 214. [↑](#footnote-ref-42)
43. “Nas palavras de Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira e Gladstone Leonel Silva Júnior: (...) no Brasil, o art. 336 do Código Penal de 1890 era claro quando punia todo comerciante que viesse a falir, quer fosse matriculado, quer não. Antes disso, no Código Criminal do Império, se punia a bancarrota fraudulenta. O rompimento com essa noção só viria muitos anos depois, já em meados do século XX, com o Decreto-Lei 7.661/1945, que abandonou os conceitos de falência culposa ou fraudulenta previstos na Lei 859/1902 (PEREIRA, 2010, p. 58), em parte porque a tipificação dessas “condutas” vai de encontro a certos princípios do Direito Penal moderno, como a rejeição ao Direito Penal do autor – no caso, se puniria alguém pelo mero fato de ele ser um falido, não por seus atos específicos – ou ainda a rejeição à responsabilidade penal objetiva, que também prescinde da ação do indivíduo, importando apenas que haja um resultado danoso, independente de o agente ter se portado legal ou ilegalmente.” FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. Disponível em

    <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> [↑](#footnote-ref-43)
44. “(...) a lei 2024 de 1908 que buscou corrigir as falhas do Decreto 917/1890, que tanto ensejaram críticas. Inicia-se com esta lei a terceira fase histórica do direito falimentar brasileiro. Vários institutos de quebra do direito estrangeiro da época, foram incorporadas nesta lei, ao nosso ordenamento jurídico, além de se corrigir as falhas anteriormente tão debatidas. Esta lei vigorou por mais de 20 anos, sendo substituída pelo Decreto 5476/1929.” BARROS, Carla Eugenia Caldas. **Direito Falimentar e Recuperacional**. Aracaju: Edição do Autor, 2014. p. 14. [↑](#footnote-ref-44)
45. “Muitas figuras típicas presentes na legislação falimentar anterior (Dec.-lei n. 7.661/45) deixaram de existir, sendo certo que algumas vieram a lume, enquanto outras tiveram sua estrutura modificada, com imposição de penas mais severas.(...) A nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas ensejou, portanto, hipóteses de abolitio criminis. (...) Ocorreram, outrossim, com a nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, hipóteses de novatio legis incriminadora. (...) Por fim, com o advento da nova legislação falimentar, ocorreram hipóteses de novatio legis in pejus (...) uma vez que as penas privativas de liberdade foram sensivelmente exacerbadas. ANDREUCCI, Ricardo. **A eficácia da lei penal no tempo e os crimes falimentares tipificados pela Lei n. 11.101/2005**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, maio 2005. Disponível em: <http://www.damasio.com.br/?page\_name=art\_009\_05&category\_id=31> Acesso em: 30 mar 18. [↑](#footnote-ref-45)
46. Quanto à *sedes material* dos crimes falimentares, duas posições se apresentam: (a) a que entende que devem ser regulados pelo Código Penal no campo do Direito Penal; (b) devem ser regulados no diploma comercial; e surge uma terceira, (c) que defende que a norma comercial definiria os fatos *delituosos*, e a norma penal, as penas. Para Longhi, é uma *semplice guestione ditattica*. A matéria deve ser regulada por lei penal especial, visto que o legislador comercial trabalha com tecnicismo diverso do penalista e, hoje, o Direito Penal é multidisciplinar. Stevenson, ao analisar a sede material do crime falimentar, distribui em três grupos as legislações: a) orientadas pelos Códigos franceses de 1807 e 1810: a norma comercial fornece a noção de crime, ficando ao Código Penal as medidas respectivas. Tal legislação influenciou a espanhola, a italiana (1865), a japonesa e a brasileira; b) a representada pelo Código italiano de 1882, situado no campo da lei comercial, só explicável para a bancarrota como falência qualificada, sendo falsa tal posição, ampliado o conceito de crime falimentar, abrangendo todos, comerciantes ou não; c) as tendências modernas de confinar no Código Penal toda a matéria concernente ao crime falimentar. Salienta o referido autor que “pelo mesmo interesse público que torna a falência processo cercado de garantias excepcionais, situa-se ao seu flanco e se trava com elo de interdependência a norma repressiva do crime falimentar.” A posição enciclopédica ou a posição interdisciplinar informam os vários endereços. COSTA, Álvaro Mayrink da. Crime Falimentar. **Revista da EMERJ**, v.3, n.12, 2000. p. 12. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\_online/edicoes/revista12/revista12\_143.pdf>. Acesso em: 20 mai 18. [↑](#footnote-ref-46)
47. “Quanto à *locação legislativa*, teve rara sensibilidade o jurista Landrove Dias em sua monografia sobre “Las quiebras punibles”, colocando as três vertentes: a) sistema de autonomia penal (pertence ao domínio exclusivo das leis penais: Suíça, Argentina, Peru); b) sistema de autonomia legislativa (ficaria a cargo de lei especial, integrando a Lei de Falências, como ocorre no Brasil, Chile, Inglaterra e Estados Unidos); c) sistema eclético (conjuga a matéria tanto no Código Comercial, com a sua descrição, como no Código Comercial, com a sua descrição como no Código Penal, com o conjunto de respostas à violação normativa, originário da codificação napoleônica e ainda presente na Bélgica e Grécia). Como vimos, no estudo dos antecedentes históricos normativos do Direito pátrio, o Dec.-Lei n° 7.661/1945 passou a tratar unicamente dos crimes falimentares, excluindo-se do âmbito do Código Penal. Todavia, no campo processual manteve a dicotomia, pois a denúncia do crime falimentar é recebida pelo juiz da falência que após encaminha os autos ao juiz penal, para que processe e julgue, cabendo recurso ao Tribunal de Justiça. É um grande equívoco tal dualidade a ser sanada.” COSTA, 2000. op. cit. p.12. [↑](#footnote-ref-47)
48. Requerimento nº 756 tem a seguinte e**menta: “**Requer, com base no art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição, pelo Senado, de uma comissão de 7 (sete) juristas para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.” E o Requerimento nº 1.034 aditou para mais os números de membros que compõem a referida Comissão. [↑](#footnote-ref-48)
49. \_\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 9 de julho de 2012**. Institui o novo Código Penal. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404 >. Acesso em: 30 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-49)
50. “Problema patológico das reformas penais (direito penal, processo penal e execução penal) no Brasil e em grande parte dos países ocidentais de tradição romano-germânica é o da absoluta ausência de estudo prévio dos seus efeitos. Notadamente nos casos de normais penais que direta ou indiretamente ampliam hipóteses de incriminação como é o caso do Anteprojeto do Código Penal.” CARVALHO, Salo de. Em defesa da Lei de Responsabilidade Político-Criminal: o caso do anteprojeto de Código Penal*in* Comentários ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/12). Coor. Rogério Greco. Niterói: Impetus, 2013. p. 3. [↑](#footnote-ref-50)
51. “Na história legislativa brasileira, desde o tempo do Império, com os projetos Vasconcellos e Clemente Pereira (04 e 16 de maio de 1827) encaminhados a uma Comissão da Câmara e depois para uma Comissão Mista das duas Cassas Legislativas até a aprovação do projeto definitivo (22.10.1830) e a sanção do Código Criminal pelo Imperador D. Pedro I, em 16 de dezembro de 1830, passando pelos regimes autoritários do Estado Novo e dos governos militares, nenhum projeto de reforma do Código Penal teve tramitação com a urgência-urgentíssima igual a do Projeto Sarney” \_\_\_\_\_\_. **Manifesto sobre a Reforma Penal.** Manifesto Do Instituto Brasileiro De Ciencias Criminais (IBCCrim), Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP) e Do Instituto Transdisciplinar De Estudos Criminais (ITEC). 2012. p. 1. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/manifesto1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018. [↑](#footnote-ref-51)
52. “Quanto ao mérito, o Projeto Sarney desnuda a ausência de um método científico para o simples traslado de centenas de normas penais das leis extravagantes para a Parte Especial do Código Penal, resultando em um aglomerado de disposições sistematicamente desordenadas, muitas vezes com a formulação dos tipos penais piorada. Entre seus muitos vícios está a falta de proporcionalidade entre crimes e penas.” \_\_\_\_\_\_. **Manifesto sobre a Reforma Penal.** Manifesto Do Instituto Brasileiro De Ciencias Criminais (IBCCrim), Instituto Manoel Pedro Pimentel (USP) e Do Instituto Transdisciplinar De Estudos Criminais (ITEC). 2012. p. 2. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/manifesto1.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018. [↑](#footnote-ref-52)
53. “Nesse cenário, muito timidamente, inserem-se os crimes falimentares, que passam desapercebidos ante mais polêmicas inovações do novo Código Penal, como a legalização do aborto até as 12 semanas de gravidez, a criminalização da homofobia, a tipificação do crime de terrorismo e a diminuição da pena em abstrato para o crime de furto, por exemplo. Ficam em segundo plano, inclusive, porque os dispositivos da Lei 11.101/2005 foram basicamente replicados. Em síntese, há quatro modificações: dois tipos penais suprimidos (exercício ilegal de atividade e omissão de documentos contábeis obrigatórios) e outros dois cuja redação foi alterada, não substancialmente (fraude contra credores passa a se chamar “fraude contra falência ou recuperação judicial ou extrajudicial” e, no crime de divulgação de informações falsas, o verbo propalar é suprimido). Nos demais delitos, a redação é mera transposição para o Projeto de Código da atual legislação falimentar.” FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. p. 6. Disponível em:

    <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> Acesso em: 9 mai. 2018. [↑](#footnote-ref-53)
54. ”De mais a mais, também as penas previstas no novo Código Penal parecem ser errôneas. Em sua maioria, elas apenas foram repetidas. Em dois terços dos crimes, a pena continua sendo de dois a quatro anos de reclusão. Na fraude, a pena, que é de três a seis anos, passaria a ser de dois a seis anos. No crime de favorecimento de credores, a pena mantém-se entre dois a cinco anos de reclusão. E, por fim, no crime de violação de impedimento, a pena, hoje de dois a quatro anos de reclusão, passa a ser de mirabolantes dois a doze anos de reclusão, pena idêntica à mínima cominada ao homicídio qualificado no atual Código Penal e no PLS 236/2012. E ainda sobre as questões das penas, faz-se uma última observação de que não há mais a previsão de multa cumulativamente à pena privativa de liberdade na parte especial, o que é suprido pelo disposto no artigo 74 do projeto do novo Código Penal, segundo o qual “a multa será aplicada em todos os crimes que tenham produzido ou possam produzir prejuízos materiais à vítima, ainda que coletiva ou difusa, independentemente de que cada tipo penal a preveja autonomamente’”. FERREIRA e SILVA JÚNIOR. op. cit. p.6 [↑](#footnote-ref-54)
55. Na exposição de motivos do Relatório Final da Comissão de Reforma pouco se falou acerca dos crimes falimentares, limitando-se a “Crimes falimentares. Mantido o texto da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. As disposições sobre prescrição foram levadas à parte geral, no título das causas extintivas de punibilidade.” \_\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 9 de julho de 2012**. Institui o novo Código Penal. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404 >. Acesso em: 30 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-55)
56. Fim da distinção entre reclusão e detenção. A novidade mais significativa, neste trecho, é unificação das penas privativas de liberdade em uma única forma: prisão. Entendeu a Comissão de Reforma que é artificial a distinção, hoje existente, entre detenção e reclusão, justificável tão somente no momento de fixação do regime inicial de cumprimento da pena. Além disso, reclusão e detenção não se diferenciam no cumprimento da pena, que ocorre no mesmo tipo de estabelecimento. A distinção importante, preservada e, em vários sentidos, prestigiada pela Comissão é a dos regimes de cumprimento de pena e, para tanto, não se mostra necessária a distinção entre reclusão e detenção. \_\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 9 de julho de 2012**. Institui o novo Código Penal. p. 232. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404 >. Acesso em: 30 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-56)
57. “Art. 74. A multa será aplicada em todos os crimes que tenham produzido ou possam produzir prejuízos materiais à vítima, independentemente de que cada tipo penal a preveja autonomamente” \_\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 9 de julho de 2012**. Institui o novo Código Penal. p. 232. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404 >. Acesso em: 30 abr. 2018. [↑](#footnote-ref-57)
58. FERREIRA, Marcello Caio Ramon e Barros; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel. **Os Crimes Falimentares na Legislação Atual e no Projeto do Novo Código Penal: uma Análise desde a Perspectiva do Direito Penal Mínimo**. p. 6. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/756/0> Acesso em: 9 mai. 2018. [↑](#footnote-ref-58)
59. Ver referência da nota de rodapé nº 53 do presente trabalho. [↑](#footnote-ref-59)
60. FERREIRA e SILVA JÚNIOR. op. cit. p.6. [↑](#footnote-ref-60)
61. FERREIRA e SILVA JÚNIOR. op. cit. p.6. [↑](#footnote-ref-61)